



Constância
MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 02/2023

Data da Sessão Ordinária

26 de abril de 2023

Início

18:00 horas

Termo

20:18 horas

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo, cinquenta e três, de catorze de abril de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, por motivos de saúde, se fazia representar pela Secretária do executivo da Junta de Freguesia, Senhora Débora Raquel Machado Milagaia. -----

Também não estiveram presentes; a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária e a Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, da CDU-Coligação Democrática Unitária. Ambas apresentaram justificação de falta. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Carla Alexandra Pereira Silvério, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Carmen Dolores Gomes da Silva, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo, Paulo Gameiro Sena Freitas e, em representação da Junta de Freguesia de Montalvo, Débora Raquel Machado Milagaia. -----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, ocupou o seu lugar na respetiva Bancada, após a segunda chamada de presenças. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, Pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira e pelo Senhor Vereador Alexandre Emanuel Ramos Marques. -----

Também esteve presente para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Mikael Dias, Técnico Superior (Jurista) e Daniel Oliveira, Técnico de Informática, funcionários da Autarquia, no apoio logístico à Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária –



Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e quatro de fevereiro e vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número um de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma intervenção neste período antes da ordem do dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar um Voto de Congratulações pelo quinquagésimo aniversário do Partido Socialista. -----

Com a devida autorização, o Senhor Deputado Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Congratulações apresentado pela Bancada do Partido Socialista a votação para aceitação e discussão, sendo este aprovado por unanimidade. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Congratulações a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. Constituindo-se como (ANEXO I) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a questionar as Bancadas se pretendiam efetuar mais alguma intervenção? -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, manifestando a sua discordância com o agendamento da data e hora desta Sessão da Assembleia Municipal. Em sua opinião, os motivos justificativos para este agendamento, nomeadamente por motivos de agenda do Senhor Presidente da Câmara Municipal, não eram suficientemente fortes. Se o Senhor Presidente da Câmara Municipal não podia estar presente em outra data, estaria a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----



Outro assunto que pretendia abordar, relacionava-se com a Loja do Cidadão. Numa Assembleia anterior, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que a previsão para a conclusão das obras era o final de dois mil e vinte e três. Também tinha referido, que era uma meta irrealista, e tinha solicitado uma reunião com o Senhor Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, para lhe propor o alargamento do prazo. Tendo conhecimento que aquela reunião já tinha acontecido, pretendia saber se era possível obter algum esclarecimento sobre o resultado da mesma? -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à insatisfação manifestada pelo Senhor Deputado Municipal relativamente ao agendamento da Sessão da Assembleia Municipal, referindo que para além da justificação transmitida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, era seu dever, como Presidente da Câmara Municipal, estar presente na discussão de um assunto da maior importância, como era a prestação de contas do exercício transato. -----

Relativamente à Loja do Cidadão; da reunião que tinha tido com o Senhor Secretário de Estado, destacava o facto de todos os projetos estarem bastante atrasados, e no final do ano se perspetivar um Despacho de prorrogação para a conclusão dos projetos em curso. Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que sendo a primeira Sessão da Assembleia Municipal após as festas do Concelho/Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem, pretendia fazer algumas considerações sobre as mesmas: - Assim, a Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, saudava todas e todos quantos tinham contribuído para a sua realização; trabalhadores da autarquia, associações e coletividades, agrupamento de escolas, associação de pais e de estudantes, bombeiros, Santa Casa da Misericórdia, entre outros. Com os seus contributos, tinham valorizado o maior evento da identidade do Concelho de Constância, de grande importância para a coesão da população e para a projeção externa do Município na captação de visitantes ao longo do ano. No entanto, verificavam uma opção de subalternização da tradição religiosa, designadamente, na Sexta-Feira Santa. Também verificavam a falta de espaço na Praça Alexandre Herculano para a bênção das viaturas, assim como, a opção pelo estilo musical para as festas que, em seu entender, no futuro poderia influenciar na identidade das mesmas, tornando-as iguais a tantas outras que se realizavam pelo País. Também sugeriam o seguinte para futuro: - O Pavilhão do Agrupamento de Escolas deveria ter uma localização central; o artesanato deveria ser mais representativo das diversas regiões do País, e a deficiente iluminação pública deveria ser corrigida. Para concluir, pretendia colocar duas questões: -



Qual a razão do fogo de artifício não ser acompanhado de música? Qual a razão para estarem dois cabos elétricos aéreos na Avenida das Forças Armadas, se em anos anteriores nunca lá tinham estado? -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, para, no seguimento da intervenção anterior, também pretender fazer algumas considerações sobre as Festas do Concelho/Festa da Nossa Senhora da Boa Viagem: - Em sua opinião, e na opinião de algumas pessoas com quem tinha contactado, as festas tinham sido um sucesso. Tinham-se reinventado acompanhando os novos tempos, voltando a ser uma referência na região e um ponto de encontro não só de rios, mas também de pessoas. Estavam de parabéns todos quantos tinham contribuído para o êxito das mesmas, nomeadamente, todas e todos quantos tinham participado no embelezamento das ruas. As festas tinham apresentado um programa bastante abrangente e diversificado, apelativo aos diferentes públicos. Em sua opinião, as festas tinham mostrado que o Concelho de Constância estava bem vivo! Para terminar, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o seguinte: - Tendo a inauguração das festas acontecido um dia mais cedo que o habitual, que reporte tinha o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente ao impacto nas receitas das Associações, que tanta falta lhes fazia ao longo do ano? -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que já tinha publicamente dado explicações pelo facto da festa começar na Sexta-Feira Santa. A Câmara Municipal não tomava em situações desta natureza, posições unilaterais! Nos contactos tidos com a Paróquia, esta tinha concordado que a festa tivesse o seu início naquele dia. Não deixava de ser estranho ouvir da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária uma tal preocupação de religiosidade! Se dúvidas houvessem, bastava terem ouvido a homilia do Senhor Padre Nuno Silva, na missa da Segunda-Feira da Boa Viagem, onde tinha sido bem claro, ao referir que a festa sendo única, se compunha de duas partes; a religiosa e a pagã. Estava perspeticado fazer a abertura das festas às quinze horas, entretanto, em conversa com o Senhor Padre Nuno Silva, este tinha sugerido que fosse mais tarde, o que acabou por acontecer. Quanto às outras considerações proferidas pela Senhora Deputada Municipal, escusava-se a fazer qualquer comentário, uma vez que em sua opinião, apenas uma pequena minoria considerava que as festas estavam a perder a sua identidade. O número de embarcações que tinham participado nas festas, das maiores de sempre



(cinquenta e três embarcações e dezassete canoas), eram bem o exemplo da sua vitalidade. Quanto à questão do fogo de artifício sem acompanhamento musical; lembrou que no ano anterior a sincronização não tinha corrido bem. Este ano, tinham decidido fazer o fogo, sem acompanhamento musical. Para o próximo ano, estavam a pensar reeditar novamente fogo com acompanhamento musical. Quanto aos cabos elétricos referidos, já tinha dado a explicação em reunião da Câmara Municipal a uma questão apresentada pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, da CDU-Coligação Democrática Unitária, que passava a repetir: - Os cabos tinham sido colocados provisoriamente para as festas, por forma a existir potência suficiente às exigências do evento. No passado, já era necessário tal reforço, no entanto, os cabos eram introduzidos por um coletor subterrâneo. Com as obras verificadas naquela zona, aquele método iria ser substituído por um PT (Posto de transformação), cuja empreitada já tinha sido lançada para a criação de pontos de receção de energia elétrica no Centro Histórico da Vila. Embora a celeridade do processo não dependesse da Câmara Municipal, mas sim da E-Redes, contava que no próximo ano o problema já estivesse resolvido. -----

Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, estava prevista uma reunião com as associações e coletividades do Concelho, comerciantes, participantes nas festas, para uma avaliação final. No decorrer das festas, e em contatos informais, a avaliação que faziam era bastante positiva. -----

Não havendo mais assuntos para este período “Antes da Ordem do Dia”, e antes de passar a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal para a leitura do Edital e da respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Ponto número cinco seria retirado, uma vez que já tinha sido apresentado numa Assembleia anterior. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para fazer a leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos com a alteração proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de Prestação de Contas e de Inventário relativos ao exercício de 2022 – Para deliberação; -----



3. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de aplicação do resultado líquido do período de 2022 – Para deliberação; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de alteração ao Mapa de pessoal de 2023 e respetivo anexo (1ª alteração) – Para deliberação; -----
5. Constituição da Equipa para a igualdade na Vida Local – Designação de representantes da Assembleia Municipal de Constância; -----
6. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento; -----
7. Outros assuntos de interesse. -----




PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DE INVENTÁRIO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2022 - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o documento de prestação de contas demonstrava que a execução orçamental tinha sido ajustada à previsão, sendo de salientar, as taxas de execução bastante satisfatórias. A taxa de execução da receita rondava os noventa e cinco por cento, com um aumento da arrecadação de receita no imposto sobre transmissões onerosas de imóveis e da derrama. Se em relação à primeira, era sinal de que tinha havido comercialização de imóveis no concelho e que o mercado imobiliário estava dinâmico, em relação à segunda, era sinal que havia lucros e as empresas sediadas no concelho estavam bem. Também tinha aumentado a receita respeitante aos loteamentos e obras, dando um sinal de dinamismo naquela área. Quanto à execução da despesa; tinha ficado nos noventa e dois por cento, e nas GOP (Grandes Opções do Plano), noventa e um por cento. A dívida municipal tinha ficado nos novecentos e oitenta e dois mil euros, tendo sido pago noventa e seis por cento da despesa faturada. O resultado líquido do exercício, tinha sido negativo em quatrocentos e oitenta mil euros, devidamente explicado no documento de prestação de contas. Tinha sido um ano muito importante, com taxas de execução superiores ao ano anterior e com importantes realizações, tais como: concretização da Praia Fluvial, novo Emissário de esgotos, acessos ao Centro Escolar de Montalvo, requalificação da Avenida das Forças

Armadas, requalificação da Rua do Moinho de Vento, reabilitação do Cine Teatro, entre outras! -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra às Bancadas para as questões que entendessem por pertinentes. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por questionar as razões pelas quais, estando rúbricas abertas, não tinham sido executadas as seguintes obras: Rua das Hortas, Rua Principal e Rua da Fonte, em Aldeia de Santa Margarida da Coutada, reconhecidas como necessárias pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, desde há seis anos? Também pretendia saber, qual era efetivamente o ponto de situação sobre a empreitada de requalificação da Avenida das Forças Armadas e do Largo Heitor da Silveira, uma vez que apareciam no documento em análise (Prestação de Contas), como cem por cento concluídas, em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, e na última Sessão da Assembleia Municipal realizada no passado mês de fevereiro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha referido que “as obras na Avenida das Forças Armadas estavam atrasadas, muito por culpa das condições atmosféricas adversas”. Assim sendo, gostava de ser esclarecido sobre estes assuntos. No documento de Prestação de Contas, vinha uma fotografia com a designação “Intervenção na Portela”. Tinha tentado perceber do que se tratava, julgava ser na Rua do Cabeço, mas tinha a noção que a referida obra ainda não estava concluída! Também constavam no documento, duas fotografias do “antes e depois” da requalificação da Avenida das Forças Armadas. Pessoalmente, considerava manipulação de informação, uma vez que a fotografia que designava o “antes”, tinha sido tirada depois do pavimento levantado. Era em sua opinião, apenas um pormenor habilidoso de apresentar as coisas. Também no documento da evolução da despesa, aparecia no gráfico, um número que de acordo com os seus conhecimentos contabilísticos, necessitava ser corrigido e revelador da falta de rigor num documento validado e certificado pelo Revisor Oficial de Contas. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que o documento era bastante extenso e com um grau de complexidade bastante elevado. Não sendo a sua área de formação, pretendia ser esclarecida sobre algumas dúvidas, tais como: - Nas transferências correntes, no respeitante à participação do IVA (Imposto sobre o valor acrescentado) o porquê de um decréscimo tão acentuado no ano de dois mil e vinte e dois, cerca de metade do verificado no ano anterior? Nas transferências de capital, do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), tinha sido gasto no gabinete de saúde oral, quatro mil trezentos e dezoito euros e cinquenta e dois cêntimos. Pretendia saber se



tinha sido adquirido algum novo equipamento, ou, apenas necessidades de manutenção? No quadro apresentado referente à dívida de entidades participadas, verificava um valor de dívidas que, em seu entender, tinham alguma justificação; casos da Comunidade Intermunicipal, Casa Memória de Camões, Centro de Ciência viva, entre outras. No entanto, no respeitante à RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., SA, o quadro apresentava zero euros. No texto subsequente, verificava que não era bem assim! Tendo citado o texto que se transcreve; "Assumindo o RAI o montante de -408.183,25€, determinou o Exmo. Sr. Presidente que o Município fará o equilíbrio de resultados através da transferência para a entidade de 40.818,32€, a ocorrer no mês seguinte à apreciação das contas". Pelas suas contas, seriam dez por cento do montante. Questionava se os restantes noventa por cento também seriam para pagar, e qual a explicação para esta dívida? -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que, no respeitante à Rua Principal, Rua das Hortas e Rua da Fonte, o projeto estava feito. Tinha sido feita uma candidatura no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), que tinha sido rejeitada, aguardando-se a abertura de novas possibilidades de financiamentos a fundos comunitários, para procederem às respetivas intervenções, num investimento a rondar os trezentos mil euros. Relativamente às intervenções da Rua das Forças Armadas e Largo Heitor da Silveira, as obras estavam concluídas. Quanto ao documento da Prestação de Contas, a sua única participação tinha sido a nota de abertura com as respetivas fotografias, que, no caso de serem muito incomodativas, as poderiam retirar! Sobre a fotografia referente à intervenção na localidade da Portela, o que estava previsto tinha sido concretizado. O que faltava concluir, era uma intervenção sugerida posteriormente numa conversa informal com o proprietário de uma habitação contígua. Quanto ao referido sobre o montante da evolução da despesa, tratava-se de um erro que seria corrigido. -----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando pela participação do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), era uma transferência feita pela Administração Central, sobre a qual não tinham acesso aos dados que lhe davam origem, concretamente, a um conjunto de faturas económicas verificadas no Concelho. Quanto ao Gabinete de Saúde oral, o montante referido no documento de transferência de capital, era respeitante a uma parte do financiamento em falta. Este gabinete estava a funcionar



apenas com um higienista oral, no âmbito das escolas, não estando ainda aberto à população em geral. Sobre as dívidas das entidades participadas e no respeitante à RSTJ - Gestão e tratamento de Resíduos, cada Município associado tinha uma participação de dez por cento. Uma vez que aquele organismo tinha tido um resultado negativo de quatrocentos e oito mil, cento e oitenta e três euros e vinte e cinco cêntimos e, sendo os associados em número de dez, cabia a cada um, em partes iguais, com base na Lei cinquenta de dois mil e doze, a quantia de quarenta mil oitocentos e dezoito euros e trinta e dois cêntimos. No caso de optarem por assumir a dívida (mais de um milhão de euros) não a pagando, seria refletida na capacidade de endividamento do Município que ficaria bastante reduzida. Neste contexto, tinham optado pela sua liquidação.

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para referir que era muito ingrato ouvir a Bancada a CDU-Coligação democrática Unitária, apontar de falta de rigor no documento de Prestação de Contas. Pretendia em nome da sua Bancada, reconhecer o excelente trabalho desenvolvido pelos técnicos da autarquia, devendo o atual executivo sentir-se bastante orgulhoso por tal facto. O documento refletia uma previsão orçamental bastante assertiva, tanto na despesa como na receita, bem patente nas taxas de execução acima dos noventa por cento, assim como, a inexistência de pagamentos em atraso. Verificava um aumento em mais de cinquenta e sete por cento do imposto municipal sobre transmissões, sendo um bom indicador das movimentações que se tinham verificado no Concelho. Pretendia voltar a uma questão já abordada numa intervenção anterior sobre a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, uma vez que não tinha ficado devidamente esclarecida, sobre o seguinte: os valores apresentados de quarenta mil oitocentos e dezoito euros e trinta e dois cêntimos a cada um dos Municípios associados, eram respeitantes ao prejuízo verificado no ano de dois mil e vinte e dois, para ser liquidado em dois mil e vinte e três. Este facto deixava-a bastante mais preocupada por desconhecer o que é que estava a ser feito para resolver esta grave situação, que de forma acentuada, se iria refletir no endividamento de um pequeno Município como Constância. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que no seu despacho para a liquidação do montante de quarenta mil oitocentos e dezoito euros e trinta e dois cêntimos, tinha igualmente proposto que o Município de Constância deveria preparar uma exposição, no sentido de requerer uma alteração aos Estatutos da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, por forma a que passasse a ter uma participação



inferior aos dez por cento, mais condizente com a dimensão do Concelho. Tal como os Deputados Municipais, também o executivo estava preocupado com a situação, com a agravante, do impacto que a situação poderia vir a provocar na capacidade de endividamento no Município de Constância, atendendo à sua dimensão e ao seu parco orçamento. A Lei cinquenta de dois mil e doze, estipulava que uma entidade que em três exercícios consecutivos apresentasse resultados negativos, era obrigada a encerrar a sua atividade, ou seja, se em dois mil e vinte e três a RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, voltasse a apresentar resultados negativos, no ano seguinte, estaria colocada numa situação muito complicada, podendo levar ao seu encerramento. Já tinham acontecido algumas reuniões entre os Municípios associados, na tentativa de encontrarem alguma solução para o complicado problema. Até ao momento, ainda não tinham chegado a nenhuma conclusão. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia apresentar duas questões técnicas: a primeira, dizia respeito à certificação legal de contas. Estava referido no documento pelo Revisor Oficial de Contas o seguinte: "Conforme referido na prestação de contas 2022, a informação preparada pela Entidade ainda não cumpre na totalidade as divulgações previstas na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, tendo divulgado as razões para esta insuficiência". Pretendia saber quais as razões por que não cumpria? - A segunda questão, dizia respeito ao facto das certificações, habitualmente, falarem em reservas, neste caso em concreto, o documento não falava, questionando se existia algum motivo específico para aquela omissão? -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, tratando-se de questões puramente técnicas, solicitava autorização para passar a palavra à Chefe de Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Doutora Marisa Figueiredo. -----

No uso da palavra, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Doutora Marisa Figueiredo começou por referir, que a Certificação Legal de Contas, desde que entrou em vigor o sistema de normalização contabilística, mantinha sempre aquela indicação de que ainda não era possível cumprir na plenitude o que a norma previa, no respeitante à contabilidade de gestão. Esta referência, estava devidamente mencionada no relatório na nota zero do documento, anexo às demonstrações financeiras. O Município de Constância tinha implementado há muitos anos na contabilidade de gestão, uma aplicação informática AIRC (Associação Informática da Região Centro), que ainda não possuía o módulo de contabilidade e gestão referido na norma. Daí, não estar ainda implementado na plenitude o sistema de normalização contabilística referido. Era uma situação transversal a vários Municípios possuidores do sistema AIRC. Esta era a razão



do Revisor Oficial de Contas colocar sempre na certificação, o que a Senhora Deputada Municipal tinha questionado na sua primeira questão. Quanto à segunda questão apresentada, mais concretamente, o facto de o documento não mencionar reservas, era bom sinal! Era sinal de que não existiam reservas, ou seja, não existiam observações que perturbassem a decisão do Revisor Oficial de Contas. Poderia constar “sem reservas”, no entanto, não sendo obrigatório, o Revisor não tinha adotado aquele procedimento. -----
Não havendo mais questões para este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta de Prestação de Contas a votação, sendo aprovada por maioria, com quatro votos contra dos Deputados Municipais da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, Senhor Joaquim José Moura Marques dos Santos; Senhora Carmen Dolores Gomes da Silva; Senhora Maria do Rosário Costa Martins e Senhora Ângela Sofia Alves Grilo. -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto, constituindo-se como (ANEXO II) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO DE 2022 – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o que vinha à Assembleia Municipal, à semelhança de anos anteriores, era a aplicação do resultado líquido do exercício, que tinha sido negativo, pelos resultados transitados. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que o facto do resultado líquido do exercício ter sido negativo, na demonstração de resultados por natureza e, comparativamente a anos anteriores, era errado pensar que o resultado líquido do exercício era um resultado assim tão mau! Como se poderia verificar nos resultados antes das depreciações e gastos de financiamento, o resultado era positivo. Depois, quando eram subtraídos os valores das depreciações e amortizações, que para o ano seguinte seria de um milhão quinhentos e um mil trezentos e setenta e nove euros e noventa e um cêntimos, superior ao ano transato, se devia ao facto do Município de Constância ter um extenso património, e por aquele motivo, à medida que os anos iam passando, as depreciações iam aumentando, contribuindo para que os resultados líquidos fossem negativos. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o



ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções dos Deputados Municipais da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 E RESPETIVO ANEXO (1ª ALTERAÇÃO) – PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava da criação de um lugar de técnico superior na área do serviço social, a termo resolutivo certo, pelo período de dois anos, para o apoio na área de ação social e com financiamento no âmbito da conhecida descentralização. A razão de ser por dois anos, prendia-se com o facto do financiamento previsto ser apenas para aquele prazo. Ao fim dos dois anos, fariam a respetiva avaliação para a sua continuidade, ou não! -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário da Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por felicitar a decisão da abertura deste lugar, lembrando, que aquando da transferência de competências naquela área, tinha questionado se não haveria a necessidade de contratar mais técnicos. Tinham-lhe na altura respondido, que não, que a Senhora Vereadora Helena Roxo, com formação naquela área, colaboraria com as técnicas envolvidas no projeto. Com a criação agora deste lugar, alguma coisa teria mudado. Questionando assim, qual a razão para a mudança? -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que a principal razão era clara e objetiva. Os processos eram dinâmicos, e com o andamento dos trabalhos é que verificavam se o número de recursos humanos eram ou não suficientes. De acordo com o acompanhamento levado a efeito pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, responsável por aquela área, tinham chegado à conclusão do seguinte: - Havendo financiamento, e necessidade em reforçar o quadro de pessoal naquela área, tinham optado pela contratação. Para melhor esclarecimento, solicitou autorização para passar a palavra à Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo para mais alguns esclarecimentos. -----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora começou por referir, que como era do conhecimento de todos, existia um protocolo com o CERE (Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento) para o acompanhamento do processo. No entanto, a técnica daquela instituição responsável pelo apoio ao mesmo, estava apenas a vinte por cento no Concelho de Constância. Tendo surgido a oportunidade de financiamento para um técnico a tempo inteiro, durante dois anos, tinha sido entendimento do executivo que não poderiam perder aquela oportunidade. -----



Não, havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 5 – CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por fazer uma breve apresentação do que se pretendia, referindo que a Assembleia Municipal poderia indicar até quatro elementos para a constituição daquela equipa, sendo que, um dos elementos teria / deveria ser Presidente de Junta de Freguesia. Era seu entender, que deveriam ser indicados um Presidente de Junta de Freguesia e um elemento de cada Bancada. Com a concordância desta proposta, solicitou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, que indicasse um seu representante. Seguindo o mesmo procedimento, solicitou aos líderes das Bancadas do Partido Socialista e da CDU-Coligação Democrática Unitária, que indicassem os seus representantes. Nesta conformidade, foram indicados os seguintes elementos representantes da Assembleia Municipal de Constância, para a constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local: - Como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia, foi indicada a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Ana Luísa Cartaxo Manique; como representante da Bancada do Partido Socialista, o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias; como representante da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo. -----

Não, havendo observações, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 6 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o documento em análise fazia alusão a uma “Prestação de serviços de corretagem de seguros, nos seguros em que o Município seja domador”, com um valor de zero euros. Pretendia saber se aquele valor estava correto? Também era referido no documento: - “Construção de pontos de entrega para alimentação de energia para vários espaços das festas do Concelho, no valor de 46.358,62 € + IVA”. Pretendia saber qual tinha sido o âmbito daquela empreitada, com um valor que o tinha deixado assustado? -----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que no documento, na área da Ação Social, Saúde e Educação, estava referido: - “Coordenação dos serviços de atendimento e acompanhamento social, protocolado com o CERE”; embora já tivesse sido abordado aquele assunto num dos pontos anteriores da Ordem de Trabalhos, pretendia saber qual o ponto de situação em termos processuais, ao nível da intervenção no Concelho, no respeitante ao SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social). Tendo passado mais de seis meses após a assunção pelo Município daquela competência, se consideravam que a intervenção com a família, realizada pela mesma equipa, era uma mais valia? E, se a forma de intervenção tinha trazido algum benefício para o Concelho? Também era referido no documento: - “Apoio Social a cidadãos refugiados e deslocados da Ucrânia em parceria com a Técnica de Segurança Social responsável pelo Concelho”; estava convicta, que na última Assembleia Municipal tinha apresentado aquela questão e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe tinha respondido, que no Concelho só existia uma família naquelas condições. De imediato, tinha sido corrigido pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, responsável por aquela área, referindo que aquela família já tinha deixado o Concelho. Pretendia saber se a família tinha regressado ao Concelho? Se sim, que tipo de apoio é que o Município lhe prestava? Também era referido no documento: - “Preparação do Programa Universidade Júnior 2023, dinamizada pela Universidade do Porto”. Pretendia saber do que é que se tratava? -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Marques Moura dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a questão da corretagem de seguros e do valor de zero euros. Não se tratava de qualquer erro, o Município tinha o apoio de um corretor, que apoiava no concurso público para os seguros, tendo uma percentagem sobre o montante dos mesmos, no valor de três e meio por cento, sobre o valor da adjudicação. Quanto à empreitada; já tinha dado a explicação anteriormente. A empreitada, contemplava pontos definidos para muretes com quadros elétricos novos. Era um valor que em próximos eventos já não se verificaria, uma vez que seriam criadas as condições necessárias e definitivas para as próximas décadas. -----

Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, solicitou autorização para passar a palavra à Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, para a respetiva resposta. ----

No, uso da palavra, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, começou por referir



que a coordenação dos serviços de atendimento e acompanhamento social, eram dirigidos e analisados pela técnica e coordenadora do Município (Dr.^a. Alexandra Rodrigues) e, sempre que possível, pela técnica do CERE (Dr.^a. Sofia), esta última, com apenas vinte por cento de disponibilidade para o serviço no Concelho de Constância. -----

Solicitou novamente a palavra, a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua questão não se relacionava com a coordenação, mas sim, com o seguinte: - Com a assunção de competências na área social há cerca de seis meses, se em termos processuais, tinha havido algum aumento em relação ao passado e, se a intervenção no presente, realizada por uma única equipa, tinha trazido benefícios para as pessoas e para o Concelho? -----

Em resposta, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo referiu que tinha havido benefícios, uma vez que no aspeto da proximidade entre as duas técnicas, tinha resultado num melhor acompanhamento de mais pessoas carenciadas, que até então eram desconhecidas dos serviços. Também pretendia retificar uma informação que ela própria tinha erradamente dado, sobre a família refugiada da Ucrânia. A informação que tinha na altura, era que estavam para ir embora, o que não tinha acontecido, continuando no Concelho de Constância em acompanhamento. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária questionando qual era o apoio que o Município estava a prestar à referida família? Aproveitando a oportunidade, também pretendia saber, se no respeitante à renda apoiada, existiam candidatos? -----

Em resposta, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo referiu que a família mencionada tinha familiares no Concelho e vivia com eles, pelo que o apoio era praticamente nulo. Sobre a renda apoiada, eram bastantes os candidatos. O Município já tinha uma lista de interessados, estando aberto o concurso para uma casa. -----

Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à questão da Universidade Júnior, referindo que se tratava de um projeto que já vinha de anos anteriores, e dizia respeito a um grupo de alunos do Agrupamento de Escolas de Constância, que iriam ter um conjunto de experiências na Universidade do Porto. As normas tinham sido aprovadas em reunião de Câmara, e o projeto envolvia seis alunos, distribuídos da seguinte forma: - Os três melhores alunos do décimo ano; os dois melhores do décimo primeiro e, um jovem escolhido pelo Conselho Pedagógico, não pelas notas, mas pela sua participação. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

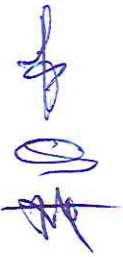
PONTO 7 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, do Partido Socialista, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, qual o ponto de situação para a resolução da falta de médicos de família na Extensão de Saúde da freguesia de Santa Margarida da Coutada, uma vez que a médica que lá prestava serviço (Doutora Lurdes) se tinha reformado, não tendo até ao momento sido substituída? Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal se já tinha alguma informação sobre a localização da nova ponte sobre o rio Tejo na zona de Constância. Tinha tomado conhecimento através de uma notícia, que o Senhor Ministro das Infraestruturas teria referido que a solução/localização já estava escolhida. Pela foto da notícia, tinha ficado com a ideia que a ponte seria construída a partir do nó da A23, junto à fábrica da Tupperware em Montalvo. No entanto, no lado sul, a foto não lhe parecia ser em Santa Margarida da Coutada, mas sim, na Zona Industrial de Tramagal. O que pretendia, era saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal já poderia avançar com mais alguma informação sobre este assunto? -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Deputada Municipal Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, do Partido Socialista, sobre a falta de médico de família na Extensão de Saúde de Santa Margarida da Coutada, referindo que esteve programada a vinda de uma médica a tempo parcial, no entanto, por razões de ordem pessoal, a médica em apreço tinha informado não estar disponível para assumir aquele compromisso. Tinha tentado através do ACES Médio Tejo (Agrupamento de Centros de Saúde), uma solução para a Extensão de Saúde de Santa Margarida da Coutada. Ele próprio, já tinha tentado entrar em contacto com vários médicos, na tentativa de os convencer a vir para o Concelho. Até ao momento, por uma ou outra razão ainda não tinha sido possível. A situação não estava a ser fácil, não só no Concelho de Constância como no resto do País. A única promessa que fazia, era não desistir de reivindicar junto do ACES Médio Tejo, e noutras entidades, na procura de uma solução. Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, disse não saber a que notícia o Senhor Deputado Municipal se estava a referir! Provavelmente, a uma notícia surgida na Comunicação Social no princípio do mês de abril. De concreto, o que poderia adiantar era o seguinte: - Na visita do Senhor Primeiro Ministro à fábrica de Celulose do CAIMA, tinha-lhe falado sobre o assunto. Posteriormente, tinha-lhe feito chegar um dossier com toda a documentação disponível no Município. O Senhor Primeiro Ministro tinha



acusado a receção dos documentos, tendo reencaminhado os mesmos para o Senhor Ministro das Infraestruturas. Neste momento, aguardava pelo desenvolvimento do assunto. Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que na semana anterior, tinha vindo a público através da Comunicação Social, que a fábrica da Tupperware, sediada na Freguesia de Montalvo, corria o risco de fechar. Na mesma notícia, era referido que a Tupperware estava em risco de falência, com as ações cotadas em bolsa em permanente queda. Pretendia saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha alguma informação sobre o assunto? -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que também tinha tido conhecimento da situação através da Comunicação Social. De imediato, tinha enviado um email e contactado telefonicamente o Diretor da fábrica de Montalvo, que lhe tinha referido que, também ele, tinha sido apanhado de surpresa com o comunicado emanado pela Sede nos Estados Unidos, e que o email recebido, tinha sido reencaminhado para a Sede nos Estados Unidos. Uma semana depois, tinha obtido uma resposta do gabinete de comunicação da empresa, referindo que aquele comunicado tinha saído no sentido que, estavam com um volume da dívida bastante alto, acumulado pela fraca atividade comercial verificada nos últimos dois anos, no entanto, não estava prospetivado o encerramento da unidade de Montalvo. -----

Em, contactos mais diretos com a fábrica de Montalvo, tinha percebido que estavam a laborar quinze máquinas e continuavam a contratar mais pessoal. A situação certamente não seria a melhor, no entanto, acreditava que de momento não se previa o encerramento da fábrica. Continuava a acompanhar o evoluir da situação, e periodicamente iria recolhendo mais informações. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, que em seguida, colocou a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

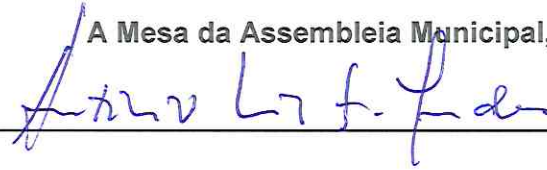
Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

-----ENCERRAMENTO-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas, vinte horas e dezoito minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretárias da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



Carla Silveira





Anexo I

“Voto de Congratulações 50º Aniversário do Partido Socialista

No dia 19 de Abril de 1973, na cidade alemã de Bad Munstereifel, militantes da Ação Socialista Portuguesa (ASP) opositores ao regime ditatorial, colonialista e fascista do Estado Novo, reuniram em congresso onde aprovaram e transformaram a ASP em Partido Socialista. -----

Por isso, e não só, é importante nesta celebração homenagear os seus fundadores, porque foram os pioneiros de hoje se viver em liberdade e paz, num tempo de várias crises e constantes mutações, que de forma considerável afetam a Europa e o Mundo. -----

É o momento de enaltecer o legado político e a importância do PS na construção da Liberdade e da Democracia, na instituição do Serviço Nacional de Saúde (SNS), do Estado de Direito e do Estado Social e a integração Europeia. -----

Também é com o Partido Socialista, que se efetiva a descentralização, tornar o território coeso mais inclusivo e competitivo, para que os autarcas invistam de forma consciente, transparente e resiliente, num futuro melhor para as suas regiões, garantindo sustentabilidade demográfica, progresso, modernização, emprego e economia social no desenvolvimento das suas comunidades, concretizando uma sociedade dinâmica, florescente, pluralista e menos desigual. -----

É, com o PS, que se deve conferir uma coesão territorial, de forma transversal, cujas assimetrias sejam igualitárias, indiferentes ao nível do território, seja no interior, no litoral, no norte, ou no sul, mas sim, colmatar as injustiças espaciais. -----

Neste quinquagésimo aniversário, o PS responde com os seus valores principais e objetivos que lhe confere confiança num futuro melhor para Portugal, porque o PS foi nove vezes a força mais votada, mormente para a Assembleia Constituinte em 1975, e nas eleições legislativas de 1976, 1983, 1995, 1999, 2005, 2009, 2019 e 2022, alcançando duas maiorias absolutas em 2005 e 2022, isto é afirmação de uma identidade política e ideológica que demonstra a capacidade e vitalidade democrática que o PS tem em Portugal. -----

É com orgulho no passado, responsabilidade no presente e confiança no futuro que nos congratulamos e associamos com jubilo à celebração do cinquentenário do Partido Socialista. -----

Assembleia Municipal de Constância, 26 de abril de 2023 -----
A Bancada do Partido Socialista” -----

Anexo II

Declaração de voto

Prestação de Contas de 2022



A prestação de contas de 2022, do Município de Constância, exposto de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística direcionada para a Administração Pública em vigor desde janeiro de 2020 apresenta as receitas e despesas do município. Após essa observação, refira-se a nossa preocupação sobre: -----

1 - O resultado líquido negativo de -480.080,32€; (superior ao ano anterior, o qual foi cerca de, -422.000,00€); -----

2 - Relativamente ao projeto de Requalificação Urbana da Avenida das Forças Armadas e Largo Heitor da Silveira, refira-se que, apesar da obra se apresentar executada em 100%, a 31 de dezembro de 2022, foram notórias as intervenções que ainda decorreram nos meses de janeiro e fevereiro de 2023; -----

3 - Quanto à aquisição de equipamento destinado ao funcionamento do gabinete de saúde oral, lamenta-se que o investimento financeiro, não esteja a refletir-se nos cuidados de saúde oral dos cidadãos do Concelho; -----

4 - No que respeita à aquisição de uma viatura destinada a transporte de crianças, já em estado de usada, quando a limitação em termos da idade das viaturas para esse fim, é sujeita a condicionalismo legal restrito e rigoroso; -----

5 - Quanto à dívida de entidades participadas é com incompreensão que a RSTJ é apresentada com valores de 0,00€, pelo que se depreenderia que não contribuía para a dívida do município. Porém, no texto subsequente, é claramente apresentado o resultado líquido negativo dessa empresa, e a necessidade do Sr. Presidente da Câmara Municipal determinar uma transferência para a RSTJ no valor de 40.818,32€; -----

6 - Não foi requalificado o parque infantil da Portela, ao invés do que assumido nos documentos previsionais para 2022; -----

7 - A nível desportivo não foram concluídos os balneários no campo de futebol Municipal em Montalvo, ao contrário do que também foi assumido nos documentos previsionais para 2022; -----

8 - Na globalidade da Prestação de Contas apresentada, não deixamos de tomar em boa nota os projetos que se refletiram em bem-estar e melhores condições de vida para as pessoas do nosso concelho, porém, e apesar do documento se consubstanciar em muitas questões técnicas, estas são evidentemente o reflexo de opções políticas com as quais nem sempre concordamos; -----





Pelo exposto, o nosso sentido de voto é CONTRA. -----
Os Eleitos da CDU". -----